

Percepções sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior

Zenilda Nogueira Sales
Ramon Missias-Moreira
Theresinha Guimarães Miranda

Resumo: A inclusão é uma política educacional que deve ser executada de maneira que forneça aos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) uma resposta educativa adequada às suas necessidades. Este estudo objetivou identificar e descrever a percepção de coordenadores do Núcleo de Inclusão sobre os alunos com NEE no ensino superior nos cursos de graduação em uma Universidade pública da Bahia. Trata-se de estudo qualitativo e exploratório. A entrevista semiestruturada foi realizada com dois coordenadores. Após a análise de conteúdo, observam-se os avanços e também o despreparo tanto da universidade quanto dos profissionais, para proporcionar atendimento adequado às necessidades dos alunos. Percebe-se uma grande carência de políticas públicas mais consistentes, sendo necessário que a universidade invista institucionalmente na construção de ações inclusivas que beneficiem o processo de ensino e a interação social de todos os alunos, independente de suas necessidades.

Palavras-chave: Inclusão. Necessidades educacionais especiais. Ensino superior.

Perceptions on the inclusion of students with special educational needs in higher education

Abstract: Inclusion is an educational policy that must be enforced in a way that provides students with Special Educational Needs (SEN) an appropriate educational response to their needs. This study aimed to identify and describe the perception of coordinators of the Center for Inclusion of students with SEN in higher education in undergraduate courses at a public university of Bahia. It is qualitative and exploratory study. A semistructured interview was conducted with two coordinators. After content analysis, there are also advances and the unpreparedness of both the university and the professionals to provide care appropriate to the needs of students. It is noticed a great lack of public policies more consistent, being necessary for the university to invest institutionally in building inclusive actions that benefit the teaching and social interaction for all students, regardless of their needs.

Keywords: Inclusion. Special educational needs. Higher education.

Las percepciones sobre la inclusión de los alumnos con necesidades educativas especiales en la educación superior

Resumen: La inclusión es una política educativa que debe ser aplicada de una manera que proporciona a los estudiantes con necesidades educativas especiales (NEE) una respuesta educativa adecuada a sus

necesidades. Este estudio tuvo como objetivo identificar y describir la percepción de los coordinadores del Centro para la Inclusión de los estudiantes con necesidades educativas especiales en la educación superior en los cursos de pregrado en una universidad pública de Bahía. Se trata de un estudio cualitativo y exploratorio. Una entrevista semiestructurada se llevó a cabo con dos coordinadores. Tras el análisis de contenido, también hay avances y la falta de preparación de la universidad y los profesionales para brindar atención adecuada a las necesidades de los estudiantes. Se nota una gran falta de políticas públicas más coherentes, siendo necesario que la universidad invierte en la construcción institucional de las acciones inclusivas que beneficien a la enseñanza y la interacción social para todos los estudiantes, independientemente de sus necesidades.

Palabras clave: Inclusión. Necesidades educativas especiales. Educación superior.

Introdução

A partir de um contexto histórico, o sistema de educação do Brasil foi se constituindo em função de necessidades políticas, sociais, econômicas e culturais. Refletir sobre esse sistema é identificar os principais atores sociais que estão envolvidos diretamente com o processo de ensino-aprendizagem, quais sejam os professores e os alunos, e também sobre os fatores que estão relacionados com as questões acadêmicas presentes nas universidades.

A universidade é espaço de realidades diversas, de paradigmas, contradições, estigmas teóricos e políticos, onde pesquisar nesse âmbito permite analisar e entender esse universo e as diferentes formas de relação existentes. A educação superior e a educação especial no Brasil apresentam percursos distintos, embora exista um momento em que as duas se encontram, completam e se complementam como resultado de suas trajetórias.

Mesmo que a premissa da universidade seja o ensino, esta é, sem dúvida, o lugar privilegiado para conhecer e divulgar a cultura universal e as várias ciências, bem como construir e sistematizar o saber, definindo suas prioridades e ações a partir do espaço e do contexto histórico-social em que está inserida. É ainda uma instituição social que forma, de maneira organizada, os profissionais e intelectuais de nível superior, necessários à sociedade, mediante as suas habilidades, competências peculiares e finalidades básicas – o ensino, a pesquisa e a extensão –, tendo em vista as necessidades das propostas regionais e, em âmbito maior, as necessidades humanas, garantindo suas perspectivas filosóficas, culturais e acadêmicas.

Glat e Fernandes (2005) indicam que o modelo segregado de educação especial passou a ser severamente questionado, à medida que se desencadearam buscas por alternativas

pedagógicas para a inserção de todos os alunos, mesmo os com deficiências severas, e a preferência era por inseri-los no sistema da rede regular de ensino.

Nesse panorama, as universidades possuem uma função social relevante, que é pensada sob perspectivas diferenciadas, sendo a organização de seu processo de trabalho configurada em decorrência do contexto e do momento vigente e, também, é influenciada pelas ações históricas que circundam a (des)construção da identidade e do papel de cada instituição de ensino superior. Dessa forma, fica evidente que a universidade se desenvolve a partir do compromisso de proporcionar uma educação mais justa e democrática para todos, contribuindo para a construção de conhecimentos e efetivação de políticas inclusivas, que interferirão para além das políticas, nas práticas e posturas da universidade frente às novas demandas.

Destarte, a Educação Inclusiva é uma política educacional garantida por lei, portanto deve ser implementada de maneira que forneça aos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais – NEE, em qualquer nível de ensino, uma resposta educativa adequada às suas necessidades e que favoreça a sua aprendizagem e socialização. Todas essas mudanças tiveram em vista um desenvolvimento integral do aluno, e uma valorização cada vez maior do papel da escola na sociedade (MARTINS, 2014).

Também é contemplada na Resolução CNE/CEB nº 4, de 02 de outubro de 2009 (que estabelece as Diretrizes Operacionais para atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica, modalidade Educação Especial) que os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no AEE. Apesar das diretrizes serem para a Educação Básica, a resolução destaca que a Educação Especial alcança todos os níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2010), isto é, contempla do ensino fundamental ao ensino superior.

Mesmo que a base da universidade seja o ensino, este é sem dúvida um lugar privilegiado para conhecer e divulgar a cultura universal e as várias ciências, bem como construir e sistematizar o saber, definindo suas prioridades e ações, a partir do espaço e do contexto histórico-social em que está inserida. É, ainda, uma instituição social que instrumentaliza de maneira organizada, os profissionais e intelectuais de nível superior necessários à sociedade, mediante as suas habilidades, competências peculiares e finalidades básicas - o ensino, a pesquisa

e a extensão, tendo em vista as necessidades das propostas regionais e, em âmbito maior, as necessidades humanas, garantindo suas perspectivas filosóficas, culturais e acadêmicas.

Segundo Moreira (2005), as estatísticas oficiais, os estudos e as pesquisas têm se preocupado mais com os alunos da educação básica, sendo poucos os dados sobre a situação dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino universitário, o que indica a exiguidade de reflexões e de políticas públicas direcionadas para o ensino superior. Nesse sentido, nos últimos cinco anos, o MEC/SESU Secretaria de Educação Superior, em cumprimento ao Decreto nº 5.296/2004 e Portarias MEC e nº 5.626/2005 que garante acesso ao ensino superior, vem desenvolvendo Ações e Programas específicos para Acessibilidade na Educação Superior (MOREIRA; BOLSANELLO; SEGER, 2011).

A partir das premissas descritas anteriormente, este estudo teve como objetivos identificar e descrever a percepção de coordenadores do Núcleo de Inclusão sobre os alunos com NEE no ensino superior nos cursos de graduação em uma Universidade pública da Bahia.

Método

A pesquisa desenvolvida em todas as dimensões do campo educacional e os diversos objetos de pesquisa requerem métodos que se adequem à natureza do problema pesquisado (SANTOS FILHO; GAMBOA, 2007). Nessa perspectiva, considerando a especificidade da problemática apresentada, este estudo se insere no campo da pesquisa qualitativa, em função da necessidade de discutir e melhor qualificar os elementos que envolvem o objeto de estudo, por já ter evidenciado efeitos no tratamento de questões educacionais.

Trata-se de um estudo com caráter descritivo e exploratório, tendo como particularidade observar, analisar, descrever e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los, tentando encontrar a constância nos acontecimentos e se estes estabelecem uma relação. O estudo descritivo é aquele que busca descrever um fenômeno ou situação diante de uma pesquisa realizada em determinado tempo e espaço; e o estudo exploratório tem por objetivo proporcionar familiaridade com o problema, e visa ao aprimoramento de ideias ou descoberta de intuições.

Essa investigação foi realizada entre os meses de julho de 2011 a maio de 2012, em uma Universidade multicampus, abrangendo dois coordenadores do Núcleo de Ações Inclusivas para

Pessoas com deficiência (NAIPD), sendo um do *campus* de Vitória da Conquista e outro do *campus* de Jequié, ambos situados na região Sudoeste do estado da Bahia.

A escolha destes sujeitos teve relação direta com a função exercida pelos mesmos, pois os gestores têm responsabilidades em definir políticas, projetos e ações entre os movimentos facilitadores ao processo de inclusão no ensino superior.

Para coleta de dados utilizou-se a entrevista semiestruturada, visando conhecer a realidade dos dois *campus* quanto à política de inclusão de indivíduos com NEE no ensino superior, tendo como referência um questionário aplicado em um estudo em Santa Maria – RS (CASTANHO, 2007). As entrevistas foram realizadas individualmente na sala da coordenação, sendo gravadas e os depoimentos transcritos na íntegra, *ipsis litteris*, da maneira como foram expressas pelos sujeitos. Essas gravações foram ouvidas exaustivamente para que além do conteúdo verbal, fossem observados e identificados os silêncios, as pausas, as alterações de voz e as tonalidades, visando a maior fidedignidade possível. Para tratamento e análise dos dados, utilizou-se como suporte teórico metodológico a técnica de análise de conteúdo temático (BARDIN, 2011).

O *corpus* foi constituído de duas entrevistas, onde, após a leitura flutuante e subsequente leitura exaustiva, chegou-se a definição de categorias emergentes – empíricas. As categorias foram discutidas tomando-se como princípio de análise a interpretação das unidades de análise temáticas que emergiram a partir do conteúdo das respostas dos coordenadores entrevistados. Ao final de cada recorte realizado nas falas dos sujeitos sociais foi indicado entre parênteses a identificação fictícia, representada por C1 e C2.

Paralelo a realização das entrevistas foi feito levantamento de documentos oficiais que deram suporte teórico a fundamentação teórica e a análise dos dados, tais como: a legislação aplicável aos alunos com NEE no ensino superior; a Constituição da República do Brasil; a Declaração de Direitos Humanos; Declaração de Salamanca; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira; Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; INCLUIR; dentre outros documentos fornecidos pela universidade em estudo.

A análise documental é uma técnica valiosa na medida em que complementa informações obtidas por outras técnicas, apontando novos aspectos da realidade pesquisada (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). No que tange aos instrumentos nacionais e internacionais que orientam os pressupostos pedagógicos da educação inclusiva, foram confrontados com os achados nas

entrevistas dos coordenadores dos núcleos dos dois *campus*.

Esse artigo é oriundo de um Relatório de Pós-Doutorado em Educação e Diversidade apresentado à Universidade Federal da Bahia, em 2012. Portanto, buscando atender os aspectos éticos e legais da pesquisa com seres humanos que está disposto na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, este estudo só foi iniciado após o preenchimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e posteriormente a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia sob protocolo nº 036/2011.

Resultados e discussão

A partir da constituição do *corpus* e análise dos conteúdos manifestos, emergiram núcleos de sentido que foram traduzidos em 3 categorias referentes à representação dos coordenadores de Núcleo de Ações Inclusivas sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na universidade, as quais estão descritas, analisadas e apresentadas a seguir.

Acessibilidade e Permanência

De maneira contundente os entrevistados responderam que cabe à Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE/UESB) a responsabilidade de organização de todo o processo do vestibular. Pode-se observar nas seguintes unidades:

[...] COPEVE/UESB (responsável pela organização de todo o processo seletivo), no intuito de identificar a quantidade de candidatos inscritos, bem como, o tipo de deficiência declarada (C1).

[...] na UESB - Campus de Jequié, dois candidatos com deficiência visual se inscreveram no Vestibular para os cursos de Pedagogia e Letras e deixou explicitado no formulário produzido pela COPEVE essa condição (C2).

A COPEVE é composta por professores e funcionários técnico-administrativos, formando uma equipe que é responsável pela elaboração da etapa do vestibular, que vai desde o controle de números de candidatos a toda logística que envolve o processo seletivo do vestibular. Cabe ressaltar que em cada campus da universidade existe uma COPEVE, que tem como seu presidente o Pró - Reitor de Graduação.

Identificou-se também, a partir das falas dos participantes, que o candidato a uma vaga para um dos cursos da universidade é quem informa suas necessidades e os recursos que serão necessários para a realização das provas, no processo vestibular:

[...] acredito que o próprio candidato é que sugere isto é, indica no formulário de inscrição, a forma como a sua prova deverá ser adaptada. Provas em braile, Exames ampliado, Tempo extra, Presença de leitores e intérpretes de libras, Salas especiais para candidatos conforme tipo de deficiência (motora, auditiva, visual) Modos diferenciados de correção de provas: (sim)? Outros: Salas especiais para candidatos conforme tipo de deficiência (motora, auditiva, visual) (C1).

[...] definição de local apropriado aos candidatos com deficiência físico-motora para que eles possam realizar suas provas; espaço específico para cada candidato com deficiência visual e auditiva: essa medida não só atende às necessidades educacionais especiais do candidato (presença do leitor e intérprete), como também contribui para que esse tratamento diferenciado não interfira na realização das provas dos demais participantes. Preocupação com a luminosidade existente na sala definida para os candidatos com deficiência visual (sobretudo baixa visão), com a circulação de ar, necessidade de remover os obstáculos que impeça o ir e vir dos candidatos etc. Prova ampliada, Tempo extra, Presença de leitores e intérpretes de libras: Modos diferenciados de correção de provas: Não (C2).

Cabe destacar que a identificação do aluno com NEE é feita no momento da sua inscrição para o concurso vestibular no questionário sociodemográfico oferecido pela universidade. No ato da inscrição, o candidato informa a sua deficiência e necessidade. A COPEVE, por sua vez, solicita do mesmo um laudo médico que comprove a sua deficiência, posteriormente, providencia o suporte pedagógico, por exemplo: prova ampliada, leitor, intérprete de Língua Brasileira de Sinais, tempo adicional para realização da prova e adaptação espacial, se necessário.

Com muito denodo, observa-se que essas atitudes da universidade frente às novas demandas existentes durante o processo seletivo do vestibular, corroboram com as ideias de Anjos, Andrade e Pereira (2009), pois, ao invés de serem destinados esforços para fornecer às pessoas condições de adaptarem-se à instituição escolar, deve-se buscar a construção e manutenção de uma escola capaz de atender às necessidades de todos de maneira integral.

A partir dessa realidade, evidencia-se que essa universidade tem sido comprometida, estando em cumprimento das leis vigentes no país no que se refere ao Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para integração de pessoas portadoras de deficiência – seção II artigo 27 p, 258 “As instituições de ensino superior deverão oferecer

adaptações de provas e apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme característica da deficiência” (BRASIL, 1999).

No entanto, em estudo realizado por Castanho (2007), sobre a política para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, na universidade e centros universitários de Santa Maria, RS, revela que há esforços mais direcionados ao acesso, no concurso vestibular, e que não há ações mais concretas que favoreçam a permanência dos alunos no ensino superior.

Estrutura acadêmica de apoio aos alunos com NEE

A universidade enquanto instituição social, onde estão presentes os acertos e as contradições, interfere diretamente na comunidade e na sociedade como um todo. As ações, práticas e os documentos que norteiam a estrutura organizacional das universidades são elaboradas por grupos que refletem nessas atitudes e ideologias, coadunando com as teorias. Sendo assim, intencionalmente ou não, essas intervenções refletem os modos de pensar e entender a sociedade, o mundo e a própria universidade.

No que diz respeito aos serviços de apoio oferecidos aos alunos com NEE no contexto do ensino superior, intui-se nos recortes das unidades de registro algumas ações que os Núcleos têm desenvolvido:

[...] Núcleos especializados: Implantação do Núcleo de Inclusão baseado na portaria do MEC Nº 3284 de 2003; laboratórios: Programa de políticas de educação inclusiva; formação de professores na área (C1).

[...] Núcleos especializados Programa de políticas de educação inclusiva: Em construção. Formação de professores na área: a partir do desenvolvimento de projetos de extensão, tais como: Semana de Inclusão Social e Educacional: (Re) Conhecendo a Diferença (a primeira realizada em 2007, a segunda em 2008 e a terceira em 2011); Ações Inclusivas na UESB: Aprender com a Diferença (iniciada em 2007 e já na quarta edição); Ledores na UESB (2010); Ledores e Contadores de História na UESB: Promovendo leitura para Pessoas com Deficiência (2011). Os dois últimos tem o caráter contínuo, enquanto a Semana de Inclusão Social e Educacional é esporádica. Além desses projetos serem direcionados para a formação de professores na área, eles são abertos aos técnicos que atuam na UESB e demais servidores, bem como à comunidade em geral Laboratórios: Não (C2).

Conforme as declarações dos entrevistados e pelas observações realizadas durante o período laboral desta pesquisa, percebe-se que o Núcleo vem desenvolvendo diversas atividades no intuito de propiciar a permanência destes alunos de modo satisfatório.

Dentre estas atividades pode-se destacar a parceria com as entidades de apoio aos deficientes: Associação Jequiense de cegos (AJECE), Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), Associação de deficiente Físico de Jequié (ADEFIJ), Centro de Apoio pedagógico (CAP), Secretaria de Educação Especial da Bahia (SEE/BA), Instituto de Cegos da Bahia (ICB); Apoio didático-pedagógico para alunos e professores, adaptações de recursos didáticos para os alunos com Deficiência visual, projetos de extensão esporádicos e continuados, dentre outros.

Castanho (2007) contextualiza e defende a ampliação/redimensionamento da formação de professores, aspecto evidenciado nos depoimentos dos coordenadores, de maneira que essa formação possa promover suporte pedagógico para que sejam possíveis práticas inovadoras que promovam a aceitação das diferenças. Explicita, ainda, suas posições em relação à reformulação de políticas públicas que favoreçam suporte às instituições para o trabalho nesse contexto. Portanto, a discussão sobre as políticas de inclusão deve ser fomentada em âmbito acadêmico, a partir das instituições de Ensino Superior, para que, assim, se proponham ações pautadas no respeito à diversidade.

Nessa perspectiva, de acordo Siqueira e Santana (2010), a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, tem que estar direcionada para todas as dimensões que envolvem o sujeito em suas relações diárias. Não devendo ser pensada e planejada a partir de ações isoladas e fragmentadas, mas congregando operações com vistas à aquisição de produtos e tecnologias e ações voltadas às atitudes sociais e para as políticas de inclusão de ingresso, acesso e manutenção das pessoas com deficiência (SILVA et al., 2012).

Ainda, Dias Ferrari e Sekkel (2007) aludem ser fundamental, para uma proposta educacional voltada para a inclusão, que o professor possa contar com a participação de colegas e outros profissionais, a fim de repensar a estratégia de aula, rever o plano de ensino. É pertinente haver uma discussão que envolva toda a instituição, não fazendo recair apenas sobre o professor a responsabilidade pelo sucesso dos processos de inclusão. O professor, muitas vezes, é levado a tratar o aluno deficiente de forma individualizada, porém, a educação é uma questão

eminentemente grupal. Reportam que, em se tratando do processo avaliativo, alguns professores podem assumir uma postura paternalista, enquanto outros podem simplesmente ignorar alunos em processo de inclusão.

Sobretudo, para uma democratização efetiva da educação superior, faz-se necessário políticas de ampliação do acesso, fortalecimento da educação pública, em todos os níveis e também necessita de políticas, ações e intervenções para a permanência dos deficientes no ensino superior.

Mudanças necessárias na instituição para garantir o acesso, permanência e a saída dos alunos com NEE

Para tornar a leitura mais compreensiva, optou-se pela elaboração do quadro 01 que agrega sete eixos temáticos sustentando a terceira categoria e apontando, a partir dos depoimentos dos participantes, para as transformações que são necessárias na estrutura arquitetônica, nos equipamentos, no mobiliário, na capacitação dos profissionais, na adequação dos currículos, na contratação de especialistas e na adaptação do vestibular.

Quadro 01 - Evocações dos Coordenadores entrevistados, Jequié/Vitória da Conquista, 2012.

| | |
|---|---|
| <p>1º Eixo Temático Adaptações arquitetônicas</p> | <p>[...] construção de rampas, colocação de piso podotátil (alerta e direcional); adaptação de banheiros, colocação de corrimão em escadas já existentes e de acesso interno e externo a setores da universidade; colocação de mapa tátil no prédio da biblioteca (C1).</p> <p>[...] sim, embora sua implementação ainda seja muito ínfima. Foram elas: construção de um banheiro adaptado no pavilhão administrativo (pátio); algumas rampas de acesso às salas de aula, também no pavilhão administrativo (observa-se que, em sua maioria, elas estão fora das normas estabelecidas pela ABNT, além de, na época (2009), terem sido feitas sem muito critério no que tange à execução do trabalho por parte dos pedreiros, a ponto de apresentarem imediata outras imperfeições (C2).</p> |
| <p>2º Eixo Temático Equipamentos</p> | <p>[...] máquina Perkins Braille (uma mecânica e outra elétrica). Impressora Braille, Lupa eletrônica tipo mouse, Projetor de tela, Computador com kit multimídia; Regletes, Brailletes, Dicionários LIBRAS, Note-book com sintetizadores de voz, Scanner (digitalização de títulos), TV – 32 polegadas (C1).</p> <p>[...] sim (aquisição de impressora Braille, de máquinas de datilografia Perkins, Scanners, Notebooks, softwares Dosvox e Jaws, Lupa) (C2).</p> |
| <p>3º Eixo Temático Mobiliário</p> | <p>[...] mesa com recorte, Cadeira com braço adaptado para uso com Notebook, Cadeira de rodas (C1).</p> <p>[...] não (C2).</p> |
| <p>4º Eixo Temático Capacitação de Profissionais</p> | <p>[...] participação em Seminários, cursos, congressos promovidos pela UESB, bem como por outras instituições (C1).</p> <p>[...] sim, embora somente em nível de participação em projetos extensionistas promovidos por outras instituições e por iniciativa dos profissionais que atuam no Núcleo de Ações Inclusivas (nesse sentido, foram disponibilizadas passagens e ajuda de custo (C2).</p> |
| <p>5º Eixo Temático Adequação de currículo nos cursos</p> | <p>[...] não soube responder (C1).</p> <p>[...] adequação de currículo nos cursos: Inclusão da disciplina Libras nas matrizes curriculares de alguns cursos, a exemplo de Letras, Pedagogia e Matemática (C2).</p> |
| <p>6º Eixo Temático Contratação de especialista</p> | <p>[...] sim, para atuar no NAIPD (C1).</p> <p>[...] paulatinamente, após várias reivindicações foram contratadas três técnicas especializadas. A primeira em 2009, para garantir o suporte pedagógico aos discentes com deficiência visual a segunda, para mediar o processo de aprendizagem do discente com surdez que foi aprovado em Biologia – parece-me que em 2008. A terceira foi contratada em 2010, devido ao ingresso de mais três discentes com deficiência visual (C2).</p> |
| <p>7º Eixo Temático Adaptações no vestibular</p> | <p>[...] sim (C1).</p> <p>[...] esse processo de modificações no vestibular ainda é também lento, embora já tenhamos obtidos grandes conquistas, a exemplo da inclusão de provas ampliadas para atender o candidato com baixa visão. Inserção de um item no formulário de inscrição no qual o candidato registra a sua condição de pessoa com deficiência, de modo que a COPEVE possa tomar algumas providências para garantir ao discente o acesso às provas: definição mais criteriosa da escola onde o candidato irá fazer as provas, como forma de minorar as barreiras arquitetônicas; o candidato é colocado em sala separada, garantindo-lhe o ambiente apropriado para que ele possa contar com o suporte pedagógico do profissional especializado (C2).</p> |

De acordo os discursos dos coordenadores, a universidade vem adquirindo equipamentos, construindo rampas de acesso, contratando profissionais especializados para o Núcleo de atendimento e inclusão de pessoas com deficiência para dar suporte pedagógico aos alunos, desenvolvendo projetos de extensão com característica continuada para atender a comunidade acadêmica e a comunidade externa, enfatizando que já houve grandes conquistas, mas que ainda tem muito mais para ser conquistado.

O coordenador C1 argumenta que, para garantir o acesso e permanência do aluno com NEE, é preciso que a universidade garanta os direitos constitucionais dos seres humanos, ou seja, os direitos impostos pela declaração universal dos direitos humanos, como percebe-se no seguinte recorte: *“fazer valer a legislação relacionada a todo o processo de inclusão, ouvir cada aluno com deficiência e buscar atender às suas necessidades”* (C1).

O entrevistado C2, pontua algumas medidas importantes que devem ser consideradas para uma política de educação inclusiva na universidade que vai desde acessibilidade arquitetônica, comunicacional, didático pedagógica, metodológica atitudinal, tecnologia assistiva, assim como contratação de profissional especializado para o suporte didático pedagógico e investimento em pesquisa e extensão.

[...] Há muito que fazer: já no vestibular, é preciso garantir que as provas para os candidatos surdos sejam elaboradas de forma diferenciada, objetivando atender as suas necessidades educacionais especiais; no caso específico dos candidatos com cegueira e baixa visão que dependem da mediação do leitor e tradutor é preciso que a instituição responsável pelas provas faça a parte um caderno contendo a audiodescrição de todas as questões, imagens, gráficos, etc. (C1).

[...] redefinição dos currículos, de modo a diminuir barreiras atitudinais, programáticas, metodológicas e comunicacionais; implementação das modificações arquitetônicas para garantir acesso a todos, sobretudo aos discentes com deficiência sensorio-motora permanente e mesmo temporária; estruturação do Núcleo de Ações Inclusivas, a partir da elaboração de concurso para a formação de um quadro permanente de técnicos especializados, em que lhe seja garantido reconhecimento do seu trabalho e remuneração condizente; aquisição de tecnologias informacionais e outros recursos que atendem as necessidades educacionais especiais de cada discente com deficiência; estímulo à pesquisa e a extensão de temáticas relativas à Educação Inclusiva e Educação Especial; reestruturação da Biblioteca Setorial Jorge Amado, como meio de diminuir todas as barreiras ali existentes; adequações arquitetônicas e outras medidas para garantir o direito de ir e vir de todos os discentes com deficiência (C2).

Durante o cotidiano na Universidade, campus de Jequié, nota-se que a semente do paradigma da inclusão vem acontecendo desde 2007, quando adentraram na universidade dois alunos com deficiência visual; desde então, foram se conquistando pequenos espaços, quebrando barreiras, sinalizando e chamando a comunidade acadêmica para se desnudar dos seus preconceitos e aceitar as pessoas com deficiência como um ser humano que tem grandes potenciais, e que estejam preparados para conviver nos sistemas sociais comuns.

Siqueira e Santana (2010) sinalizam que os projetos políticos e pedagógicos necessitam prever ações específicas para a discussão e o debate acerca da inclusão social, não devendo envolver apenas os discentes, docentes, servidores técnicos e analistas, mas abarcando toda a comunidade na qual a universidade está inserida. Durante divulgações, reflexões e ações sobre a inclusão existe a possibilidade de (des)construir e rever estigmas, limites e preconceitos, trilhando rumo à sociedade de todas as diferenças (SILVA et al., 2012).

Estudos de Foster e Fagundes (2006) sobre inovações educativas na sala de aula universitária indicam a necessidade de ruptura com a forma tradicional de ensinar e de aprender, com os procedimentos acadêmicos inspirados nos princípios positivistas da ciência moderna; de mediação entre as subjetividades dos envolvidos e o conhecimento, incluindo a dimensão das relações e do gosto, do respeito mútuo, dos laços que se estabelecem entre os sujeitos que se propõem a conhecer; o protagonismo, compreendido como a participação dos alunos nas decisões pedagógicas.

De acordo Bruno (2011), para uma renovação pedagógica na educação superior são necessárias algumas mudanças, tais como: a articulação e flexibilização curriculares e a organização curricular por ciclo de formação, geral e específico. O ciclo de formação geral consiste em oferta ampla de disciplinas voltadas para uma formação sólida nas áreas das ciências humanas, sociais, política e cultural, essenciais para a formação profissional e ética do cidadão. O ciclo de formação profissional começa na segunda etapa da graduação e aprofunda-se na pós-graduação. Desse modo, essas metas e estratégias propostas nas outras dimensões do plano de inclusão estão tendo impacto direto e significativo na redução da taxa de evasão.

No entanto, nesse modelo de sistema regular de ensino, as mudanças no mundo do trabalho, as articulações entre as políticas públicas e educacionais, apontam que as universidades ainda apresentam muitos obstáculos frente às necessidades da inclusão (ALBINO; MELO, 2011).

Entretanto, vive-se numa sociedade em que as políticas públicas inclusivas se constituem, ainda, como discurso.

O processo de inclusão é complexo e caro e exige uma redefinição do olhar da sociedade no que tange à pessoa com deficiência, de políticas públicas de caráter inclusivo, mas essas dependem fundamentalmente de um posicionamento ético, político e social, que se inicia na reitoria e se estende às outras estruturas da universidade, sobretudo o corpo docente e o técnico.

Para Mantoan (2003), a diversidade no meio social e principalmente no ambiente escolar é preponderante para o enriquecimento das trocas, dos intercâmbios intelectuais, sociais e culturais que possam ocorrer entre os sujeitos que integram. Vieira (2008) argumenta que no Brasil, o sistema de ensino ainda tem um caminho para percorrer para assegurar uma boa educação a todos. E que é importante compreender que a inclusão não é só tarefa da educação especial, mas das redes públicas de ensino.

Considerações Finais

É pertinente acenar que a universidade, por fazer parte da sociedade, deve estar aparelhada para receber adequadamente alunos com NEE, bem como mantê-los com sucesso, sem barreiras que levem ao constrangimento desses alunos. Contudo partiu-se da premissa em identificar e descrever as ações inclusivas desenvolvidas para acessibilidade e permanência de discentes dos Cursos de graduação com NEE na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

Sobre a ótica dos coordenadores do NAIPD, identificamos nas falas dos entrevistados que a IES vem tentando atender aos dispositivos legais para acessibilidade e permanência do aluno com NEE, que vai desde o processo do vestibular à aquisição de equipamentos, mobiliários, contratação de pessoal especializado e adequações espaciais, inclusão da disciplina Língua Brasileira de Sinais nos Cursos de Licenciatura, mas em nenhum momento os coordenadores fizeram alusão a treinamento específico para docentes e técnicos administrativos. Percebe-se que o desconhecimento e despreparo dos funcionários, dos professores e de outros alunos sobre essa temática fazem com que aumente os obstáculos do aluno com deficiência, a exemplo, atitudes de discriminação e preconceitos levando a segregação. Nessa perspectiva também é prioridade que se avance nas questões pedagógicas para que possam favorecer a todos os alunos independentes

das dificuldades que possam advir de suas limitações sejam elas físicas, motoras, sensoriais, mentais ou múltiplas.

No contexto educacional, a educação inclusiva perpassa por um desafio na educação superior e a ausência de políticas públicas que promovam uma efetiva educação inclusiva é uma evidência. Implementar ações educativas junto a estudantes com NEE no ensino superior é uma questão de democracia e cidadania contemporânea, abrangendo ações pedagógicas, porque a inclusão é desafiadora e os docentes na universidade devem fazer parte dessa mudança.

Reforça-se a complexidade do tema pesquisado e a necessidade de novas investigações e olhares com aprofundamento real sobre a questão da inclusão no ensino superior. Nesse ínterim, no que diz respeito às pesquisas na área da educação inclusiva, percebemos que existiu um grande avanço e crescimento, contudo ainda são incipientes estudos e pesquisas voltadas para a inclusão no ensino superior.

Acredita-se, portanto, que estudos como este ajudam a fundamentar e direcionar as políticas de inclusão e também as ações e intervenções dos pesquisadores, profissionais da educação e toda a sociedade frente aos dilemas e desafios imbuídos nesse processo.

Referências

- ALBINO, I. B.; MELO, F. R. L. V. Inclusão do estudante com deficiência no ensino superior: algumas reflexões. **Interface**, Botucatu, v. 8, n. 2, p. 43-55, maio 2011.
- ANJOS, H. P.; ANDRADE, E. P.; PEREIRA, M. R. A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 116-129, jan./abr. 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de financiamento estudantil – FIES**. Brasília: MEC, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para educação básica**. Brasília: MEC, 2010.
- BRUNO, M. M. G. Políticas afirmativas para a inclusão do surdo no ensino superior: algumas reflexões sobre o acesso, a permanência e a cultura universitária. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 92, n. 232, p. 542-556, set/dez. 2011.
- CASTANHO, D. M. **Política para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: um estudo em universidades e centro universitário de Santa Maria – RS**. 2007. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.
- DIAS FERRARI, M. A. L.; SEKKEL, M. C. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 636-647, dez. 2007.

FOSTER, M. M. S.; FAGUNDES, M. C. V. Inovações educativas na sala de aula universitária. In: SILVA JUNIOR, João R. et al. (Org.). **Reforma universitária: dimensões e perspectivas**. Campinas: Alínea, 2006. p. 182-196.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Inclusão**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 7-13, mar. 2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. **Integração x inclusão: escola (de qualidade) para todos**. Campinas: LEPED/UNICAMP, 2003. Disponível em: <<http://www.pro-inclusao.org.br>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

MARTINS, Ernesto Candeias. Inclusão de crianças com autismo: daquela sala...de mim para mim numa unidade de ensino estruturado. **QUAESTIO: Revista de Estudos de Educação**, Sorocaba – SP, v. 16, n. 1, p. 87-103, maio 2014.

MOREIRA, L. C. In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 25, p. 37-48, jun. 2005.

MOREIRA, L. C.; BOLSANELLO, M.; SEGER, R. G. Ingresso e permanência na universidade: alunos com deficiências em foco. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 125-143, jul./set. 2011.

SANTOS FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, H. M. et al. A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: revisão de literatura. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 10, n. 2, p. 332-342, ago./dez. 2012

SIQUEIRA, I. M.; SANTANA, C. S. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 1, p. 127-136, jan./abr. 2010.

VIEIRA, R. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Inclusão: Revista Educação Especial**, Brasília, v. 18, p. 18-32, 2008.

Zenilda Nogueira Sales - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Jequié | BA | Brasil. Contato: zenysalles@gmail.com

Ramon Missias-Moreira - Universidade Federal da Bahia. Salvador | BA | Brasil. Contato: ramonefisica@hotmail.com

Theresinha Guimarães Miranda - Universidade Federal da Bahia. Salvador | BA | Brasil. Contato: tmiranda@ufba.br

Artigo recebido em: 11 jul. 2014 e
aprovado em: 26 ago. 2014.